



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

[Handwritten signature]
A Secretária-Geral
07/09/24
[Handwritten signature]

Ofº nº 7521/MAP - 21 Setembro 07

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República Maria do Rosário Botões
Conselheira Adelina Sá Carvalho *[Handwritten signature]*
A Secretária-Geral

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício nº 2708	01-06-2007	Registo nº 3108	05-06-2007

ASSUNTO: RESPOSTA REQUERIMENTO N.º 1496/X (2.º) - AC DE 30 DE MAIO DE 2007, DAS SENHORAS DEPUTADAS MARIA JOSÉ GAMBOA E OUTRAS (PS) *(Ana Ma Couto, Fyruanda Asseteira, Aldemira Pinho, Fatima Pimentar)*
- ACESSO DE JOVENS A CONSULTAS DE PLANEAMENTO FAMILIAR

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 8375 de 20 de Setembro do Gabinete do Senhor Ministro da Saúde, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Á DAPLEN
07/09/24
[Handwritten signature]
A Directora de Serviços

A Chefe do Gabinete

[Handwritten signature]

Maria José Ribeiro

SMM

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
5798
Gabinete da Secretária-Geral

07/09/24
Proc.º n.º 3
225522

[Handwritten signature]
Para preparar o expediente
26.09.07
O Chefe de Divisão
[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DA SAÚDE
GABINETE DO MINISTRO

GABINETE do MINISTRO
dos ASSUNTOS PARLAMENTARES

Entrada N.º 4764

Data 20 / 09 / 2007

Exma. Senhora
Dr.ª Maria José Ribeiro
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Ministro dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

**ASSUNTO: Requerimento n.º 1496/X/(2ª) – AC de 30 de Maio de 2007 das
Senhoras Deputadas do PS
- Acesso de Jovens a Consultas de Planeamento Familiar**

No sentido de habilitar as Senhoras Deputadas do PS, com a informação solicitada, cumpre-me transmitir a V. Exa. que o Ministério da Saúde reconhece que ainda existe muito a fazer relativamente ao Planeamento Familiar em Portugal, no entanto nos últimos anos tem sido dada ênfase à necessidade de serem reforçados os serviços de saúde reprodutiva destinados a adolescentes.

Comparando os resultados da avaliação anual do cumprimento do DL N.º259/2000 de 17 de Outubro (Reforço das garantias em saúde reprodutiva) dos anos 2005 e 2006, verifica-se um aumento do número de Centros de Saúde com consultas específicas para adolescentes, como pode ser verificado no quadro abaixo, sendo de salientar que, em muitas áreas geográficas, atendendo à pirâmide etária da população e aos recursos existentes nesses locais, faz sentido que o atendimento seja mais centralizado e resulte de acordos interinstitucionais como com o Instituto Português da Juventude.

SUBREGIÕES	% DE CENTROS SAÚDE COM CONSULTA ESPECÍFICA DE ADOLESCENTES	
	2005	2006
BRAGA	60,0	86,7
BRAGANÇA	16,6	100,0 ^a
PORTO	40,0	18,9 ^b
VIANA DO CASTELO	100,0	0,0 ^c
VILA REAL	18,7	25,0
AVEIRO	94,7	89,5
CASTELO BRANCO	54,5	72,7
COIMBRA	27,0	40,9
GUARDA	25,0 ¹	50,0
LEIRIA	47,1 ²	88,2
VISEU	57,7	30,8



MINISTÉRIO DA SAÚDE

GABINETE DO MINISTRO

LISBOA	93,3	82,2
SANTARÉM	85,7	100,0
SETÚBAL	94,1	88,2
BEJA	21,4	28,6
ÉVORA	28,6	21,4
PORTALEGRE	0,0	0,0
FARO	37,5	87,5

¹ – Assegura também uma consulta no Instituto Politécnico da Guarda

² – Assegura consultas fora dos CS em Leiria, Pombal e Caldas da Rainha

^a – Outros atendimentos assegurados; CAJ de Bragança, CAJ Mirandela; Gabinetes de atendimento a jovens nas escolas

^b – 4 CS não responderam; nos restantes o atendimento é efectuado nas consultas de PF/SR, pelo médico de família ou no atendimento que existe para os utentes a descoberto

^c – Asseguram o atendimento a todos os adolescentes dentro da consulta de PF/SR; outros atendimentos assegurados: Ponte de Lima – “Espaço jovem”; Viana do Castelo – IPJ

No que se refere à disponibilidade de contraceptivos (pílula) para serem fornecidos às utentes, embora a questão esteja longe de estar completamente ultrapassada, tem-se verificado alguns progressos. Em 2004, 14,8% dos centros de saúde dispunham de “stocks” de contraceptivos que permitiam entregas para 6 meses a cada utente; em 2006 essa percentagem subiu para 56,5%. Em algumas sub-regiões de saúde esse aumento foi significativo, reflectindo provavelmente o maior empenho dos responsáveis locais.

SUBREGIÕES	% DE CENTROS SAÚDE COM CONTRACEPÇÃO PARA FORNECER PARA 6 MESES	
	2004	2006
BRAGA	50,2	60,0
BRAGANÇA	0	100,0
PORTO	22,2	73,0
VIANA DO CASTELO	100,0	100,0
VILA REAL	0	62,5
AVEIRO	NR	78,9
CASTELO BRANCO	NR	9,1 ^a
COIMBRA	NR	0,0 ^b
GUARDA	NR	100,0
LEIRIA	NR	0,0 ^c
VISEU	NR	0,0 ^d
LISBOA	? ¹	95,6
SANTARÉM	0 ²	100,0
SETÚBAL	52,6	64,7
BEJA	0 ³	42,9
ÉVORA	0 ⁴	0,0 ^a
PORTALEGRE	100,0	0,0 ^a
FARO	0	100,0

NR- não respondeu

¹ – Todos os CS têm contraceptivos mas não referem tempo de reserva

² – Todos os CS referem reserva estratégica mínima de 3 meses



MINISTÉRIO DA SAÚDE

GABINETE DO MINISTRO

- ³ – Refere reserva apenas para 3 meses
- ⁴ – Refere reserva de 1 a 3 meses
- ² – 7 CS com reserva de contraceptivos inferior a 6 meses; 3 CS não têm reserva
- ^b – Todos os CS têm reserva de contraceptivos para 3 meses
- ^c – Todos os CS com reserva de contraceptivos para 2 meses
- ^d – Todos os CS são abastecidos trimestralmente

De entre as medidas tomadas pelo Ministério da Saúde com vista ao reforço da acessibilidade aos contraceptivos, salienta-se:

- estabelecimento de uma lista de contraceptivos essenciais e respectivo concurso público;
- orientações técnicas da Direcção-Geral no sentido do incremento da formação em serviço, de complementaridade entre níveis de cuidados e da logística dos contraceptivos (Circulares Normativas N.º7/DSMIA/05 e N.º16/SR/07)
- estão a ser revistas as orientações técnicas sobre prestação de cuidados contraceptivos onde os aspectos da acessibilidade e logística são novamente reforçados.
- finalmente, no seguimento da alteração legislativa relativa à interrupção da gravidez, e a par das iniciativas destinadas aos serviços, estão a ser delineadas novas estratégias de reforço da informação junto da população.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Teresa Oleiro